# MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.598 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS -

Amb

ADV.(A/S) :ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)

Intdo.(a/s) :Presidente do Conselho Nacional de

**JUSTICA** 

AM. CURIAE. :FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES

DO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO

União - Fenajufe

ADV.(A/S) :CEZAR BRITTO

ADV.(A/S) :RODRIGO CAMARGO BARBOSA

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PODER

IUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ASPI

ADV.(A/S) :ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E

Outro(A/S)

AM. CURIAE. :SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTICA DO ESTADO

DE PERNAMBUCO

ADV.(A/S) :ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E

Outro(A/S)

AM. CURIAE. :SINDICATO DOS SERVIDORES DE JUSTICA DO

ESTADO DE PE

Adv.(a/s) :Elizabeth de Carvalho Simplício e

Outro(A/S)

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS CRIMINALISTAS

DO ESTADO DE SANTA CATARINA - AA.CRIMESC

ADV.(A/S) :GABRIEL HENRIQUE DA SILVA E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. :SINDICATO DOS SERVIDORES DAS JUSTIÇAS

Federais no Estado do Rio de Janeiro

(SISEJUFE/RJ)

ADV.(A/S) :RUDI MEIRA CASSEL E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. :COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE

Tribunais de Justiça do Brasil

ADV.(A/S) :ONURB COUTO BRUNO E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. :SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

da Justiça do Trabalho da 15ª Região -

SINDIOUINZE

#### ADI 4598 MC / DF

ADV.(A/S) :RUDI MEIRA CASSEL E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. :SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER

Judiciário Federal da Bahia - Sindjufe

ADV.(A/S) :RUDI MEIRA CASSEL E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA

Justiça do Trabalho - Anamatra

ADV.(A/S) :ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. :CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS

ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB

ADV.(A/S) :OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E

Outro(A/S)

AM. CURIAE. :ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL

DE RONDÔNIA

Adv.(a/s) :Zênia Luciana Cernov de Oliveira e

OUTRO(A/S)

DECISÃO: (PETIÇÃO 41.230/2018) Em Petição datada de 19.06.2018 (eDoc. 1.349), a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA noticiam que a grave situação na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, corroborada pela decretação de intervenção federal, imporia a excepcionalidade do "deferimento do pleito de antecipação do horário de expediente, para que juízes, servidores e jurisdicionados não tenham de transitar no período noturno, porque o risco de morte aumentou exponencialmente".

Em amparo de sua pretensão, narram que, a partir da referida intervenção federal decretada (Decreto 9.288, de 16 de fevereiro de 2018), os fatos supervenientes ocorridos no Estado do Rio de Janeiro indicam um recrudescimento da violência em face da sociedade carioca.

Defendem, assim, que o atual cenário de insegurança no Estado, em especial na região da Baixada Fluminense, justificaria a iminente necessidade de antecipação do horário de atendimento ao público dos Fóruns, a fim de evitar o iminente risco do trânsito noturno de juízes, servidores e jurisdicionados.

Por fim, requerem a reconsideração das decisões proferidas nos

### ADI 4598 MC / DF

autos que "estão impedindo os Tribunais de reduzir o expediente forense, para permitir que pelo menos o TJRJ possa fazê-lo".

### É o breve relatório. DECIDO.

Ab initio, necessário ressaltar que os provimento cautelares deferidos nestes autos tiveram como escopo precípuo impedir que o regramento editado pelo CNJ (Resolução 130/2011) pudesse interferir, sobremaneira, no regular funcionamento dos Tribunais brasileiros antes que fosse proferida uma decisão definitiva desta Corte a respeito da titularidade da atribuição para disciplinar o horário de atendimento ao público nas Cortes: se o próprio Tribunal (CRFB/1988, art. 96, I), ou se o Conselho Nacional de Justiça (CRFB/1988, art. 103-B), no contexto do art. 99 do texto constitucional, em razão da "autonomia administrativa e financeira" assegurada ao Poder Judiciário.

Buscou-se, ao determinar que os tribunais brasileiros mantivessem, até decisão definitiva desta Corte, o horário de atendimento ao público que vinha sendo adotado nos seus respectivos âmbitos anteriormente à edição da Resolução CNJ 130/2011, evitar uma mudança súbita e inesperada nos horários de atendimento ao público nos tribunais, sob pena de eventual prejuízo aos usuários do serviço público da justiça, em particular para a classe dos advogados.

Apesar disso, a situação específica do Estado do Rio de Janeiro, como consabido, denota um cenário *sui generis* relacionado ao seríssimo problema enfrentado na segurança pública como reflexo de uma situação política complexa e em crise, comprovado pela **medida excepcional de intervenção federal decretada na Secretaria de Segurança do Estado (Decreto 9.288, de 16.02.2018 c/c art. 84,** *caput***, X, da CRFB/88).** 

Como salientado nos autos, "a gravidade da situação do Estado do Rio de Janeiro, em especial dos Fóruns situados na Baixada Fluminense, justifica (...) o pleito de antecipação do horário de expediente, para que juízes, servidores e jurisdicionados não tenham de transitar no período noturno, porque o risco de morte aumentou exponencialmente".

### ADI 4598 MC / DF

Com efeito, trata-se de postulação absolutamente razoável, ao passo que constitui sensata resposta institucional às demandas sociais de uma excepcional conjuntura que evidencia o *distinguishing* do caso concreto, desaconselhando a adoção da decisão exarada nestes autos quanto à manutenção do horário de atendimento nos Tribunais brasileiros.

Na realidade, a opção por um horário alternativo de atendimento ao público pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro **durante o período de vigência da intervenção federal** visa a resguardar o direito fundamental à segurança pública **de toda a população**, que não pode ser preterido em razão de seríssimos problemas relacionados à falência das estruturas policiais do Rio de Janeiro e à falta de controle do Estado sobre o crime organizado.

Deveras, em contextos de disfuncionalidade e excepcionalidade esta deve ser a tônica da atuação judicial: além de pacificar conflitos, o Poder Judiciário assume a função de promover o movimento das engrenagens institucionais e políticas em cenários de crise, concedendo, à luz das normas constitucionais e legais, respostas pontuais à flagrante violação de direitos fundamentais **não só dos juízes, servidores e funcionários dos Fóruns, mas, também, dos advogados.** 

O festejado Ministro e Jurista Carlos Maximiliano traz, na sua obra Hermenêutica e Aplicação do Direito, um capítulo próprio sobre Direito Excepcional, em que defende, na essência, que "as disposições excepcionais são estabelecidas por motivos ou considerações particulares (...) por isso não se estendem além dos casos e tempos que designam expressamente" (MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 185).

Consectariamente, entendo devidamente comprovada a excepcionalidade da situação fática presente no Estado do Rio de Janeiro, bem como o perigo de dano ao resultado útil do processo, consubstanciado no concreto risco de colapso na segurança dos Fóruns jurisdicionais e corroborado pelo decreto de intervenção federal na segurança pública do Estado. A medida pleiteada é que a melhor atende aos interesses da parcela da sociedade carioca afetada (*i.e.*, juízes,

### ADI 4598 MC / DF

servidores, funcionários e advogados).

Ex positis, <u>DEFIRO</u> o pedido formulado pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, a fim de possibilitar que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em razão da excepcionalidade das circunstâncias já destacadas, autorize a antecipação do horário de expediente dos órgãos jurisdicionais para atendimento ao público, desde que tal medida não implique a diminuição da carga horária atualmente adotada.

Publique-se. Intimem-se.

Oficie-se, com urgência, à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para ciência desta decisão.

Brasília, 20 de junho de 2018.

Ministro Luiz Fux
Relator

Documento assinado digitalmente